



## A LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR E O PAPEL DOS INTELLECTUAIS DE ESQUERDA

Alcides Freire Ramos\*

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

[alcides.ramos@pesquisador.cnpq.br](mailto:alcides.ramos@pesquisador.cnpq.br)

**RESUMO:** Entre 1964 e 1970, diversos partidos políticos de esquerda lutaram contra a ditadura militar brasileira. Com efeito, estas organizações estavam diante de uma difícil tarefa: iniciar a “luta armada” e, ao mesmo tempo, modificar o papel social do intelectual revolucionário. Este artigo discutirá este assunto de modo a mostrar a situação dramática na qual muitos homens e mulheres estiveram envolvidos.

**ABSTRACT:** Between 1964 and 1970, various leftist political parties struggled against the Brazilian military dictatorship. In fact, they are faced with a difficult task: to start the “guerrilla warfare” and, at the same time, to modify the social role of the revolutionary intellectual. This article will discuss this subject so that to show the dramatic situation in which a lot of men and woman were involved.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura militar brasileira – Luta armada – Intelectuais de esquerda

**KEYWORDS:** Brazilian military dictatorship – Guerrilla warfare – Leftist intellectuals

O impacto do golpe de Estado de 1964 sobre as organizações políticas de esquerda, e o conseqüente processo de autocrítica, levou-as, indiscutivelmente, a uma apreciação bastante contundente em relação ao papel desempenhado pelos intelectuais de origem na pequena burguesia quando estes desempenham funções de direção político-partidária. Isto pode ser observado, já de início, se nos detivermos nas reflexões e propostas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), neste momento histórico. Desta forma, percebemos que as críticas/autocríticas feitas em relação aos posicionamentos do período anterior são prática centrada na “ação das cúpulas”, “pressa pequeno-burguesa”, entre outras. Esta organização procurou explicar suas “debilidades”, tendo em vista as “ilusões de classe” e “falsas concepções de fundo pequeno-burguês”, presentes em seus

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia-MG. Além de diversos artigos e capítulos de livro, publicou: **Canibalismo dos fracos** (Bauru/SP: Edusc, 2002) e **Cinema e História do Brasil** (São Paulo: Contexto, 1994), este último em colaboração com Jean-Claude Bernardet. É um dos coordenadores do **Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura** (NEHAC).

“quadros de direção” que acabaram por determinar um posicionamento político considerado posteriormente como equivocado.

Nesta linha de argumentação, em maio de 1965, o Partido Comunista Brasileiro, por meio de uma Resolução Política de seu Comitê Central, fez um primeiro esforço no sentido de avaliar o significado do golpe de 1º de abril de 1964. Este documento afirma:

a fim de estimular esse processo autocrítico, damos conhecimento ao Partido das principais conclusões a que pôde até agora chegar o CC, na análise que fez dos acontecimentos relacionados com a vitória do golpe de 1º de abril, a respeito das falhas e erros da atividade dos comunistas. A vitória do golpe militar pôs a descoberto muitas de nossas mais sérias debilidades. Fomos colhidos de surpresa pelo desfecho dos acontecimentos e despreparados não apenas para enfrentá-los, como também para prosseguir com segurança e eficiência em nossa atividade nas novas condições criadas no País. Revelou-se falsa a confiança depositada no “dispositivo militar” de Goulart. Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao Partido e às massas, de uma vitória fácil e imediata. Nossas *ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no Poder*, tornaram-se evidentes. Cabe-nos analisar o processo que nos levou à semelhante situação.<sup>1</sup>

Em face da surpresa e despreparo com que receberam o golpe, aprofundaram o processo de autocrítica, afirmando:

[...] nossa atividade em relação ao governo de Goulart era orientada, na prática, como se sua política fosse quase inteiramente negativa. Desprezávamos seus aspectos positivos de grande importância [...]. Nossa oposição ao governo adquiria o sentido de luta contra um governo entreguista, com o objetivo principal de desmascará-lo perante as massas.

[...] *na raiz de nossos erros está uma falsa concepção, de fundo pequeno-burguês e golpista, da revolução brasileira, a qual se tem manifestado de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa atividade revolucionária, independentemente da linha política, acertada ou não, que tenhamos adotado.* É uma concepção que admite a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação das *cúpulas* ou, no melhor dos casos, do Partido. Ela imprime à nossa atividade um sentido imediatista, *de pressa pequeno-burguesa*, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente e continuada pelos nossos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982, p. 24.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 25-26.

Esta reflexão autocrítica é significativa pela avaliação de que *na raiz* dos erros do Partido na condução do processo político estão as influências negativas advindas dos elementos da *pequena-burguesia*. Se a questão de fundo não foi objeto de polêmica, o diagnóstico em relação ao governo Goulart, porém, estava longe de ser consensual. Por isso, durante a primeira reunião do Comitê Central no pós-golpe (maio de 1965), as divergências se explicitaram.

Sobre o teor do debate, que surgiu neste momento, os documentos afirmam:

[...] somente em maio de 1965 tornou-se possível a primeira reunião do Comitê Central, que apresentou as principais conclusões a que pôde chegar na análise dos acontecimentos e sobre a tática do Partido nas novas condições do país. A importância dessa reunião está em que ela representou um passo decisivo no sentido de romper a conciliação ideológica. Definiram-se, assim, na direção, duas tendências – a da minoria contrária abertamente à linha do V Congresso, e a da maioria, que defende a justeza, no essencial, da orientação traçada pelo V Congresso, dela partindo para elaborar a tática para a nova situação.<sup>3</sup>

Em virtude do surgimento destas diferenciadas interpretações da conjuntura – que passariam a ter reflexos sobre a prática política a partir de então –, foram expulsos Jacob Gorender, Carlos Marighela, Jover Teles, Câmara Ferreira, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, entre outros. As razões que moviam aqueles que foram expulsos não deveriam deixar de receber, obviamente, duras críticas:

[...]. Outra tese a ser combatida é a que vê a revolução, não como a obra das massas de milhões, como afirmava Lenine, mas como o resultado da ação heróica de alguns indivíduos (expressa no lema: o dever dos revolucionários é fazer a revolução), ou de pequenos grupos audaciosos.

Esta posição voluntarista [...] é a propugnada por todos os que hoje insistem em ver na criação de ‘focos’ guerrilheiros no interior do país o passo inicial da revolução. Afirmam que tais ‘focos’ de luta armada podem desencadear o processo revolucionário no país e arrastar as massas populares à revolução, independentemente das condições objetivas e subjetivas indispensáveis.<sup>4</sup>

Alguns anos mais tarde (março de 1970), quando o grupo dissidente já tinha iniciado suas ações mais radicalizadas e a desagregação/derrota da proposta de luta armada (de forma imediata e sem trabalho junto às massas) começavam a se consolidar, o PCB tornou a discutir este tema do seguinte modo:

Cabe aqui, finalmente, uma observação especial sobre a situação das esquerdas dentro da oposição. Para essas forças, a pior consequência

<sup>3</sup> CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982, p. 55.

<sup>4</sup> Ibid., p. 60.

da inflexão do movimento de massas foi o rápido incremento das posições radicais. *Não foram poucos os grupos revolucionários pequeno-burgueses que não souberam* recuar ante o avanço da contra-revolução, passando do radicalismo verbal às posições de desespero e aventura. Iniciaram essas correntes uma série de atos que se explicam, antes de tudo, pela sua incapacidade para enfrentar a tarefa de reestruturar o movimento de massas nas condições difíceis criadas pelo avanço da repressão fascista. Os assaltos a bancos, os golpes de mão e outras formas de ação postas em prática por pequenos grupos desligados das massas, enfim, o emprego indiscriminado da violência, embora compondo objetivamente o quadro da oposição, não deixam, apesar de seu suposto caráter revolucionário, de desservir à resistência e de dificultar a organização da frente única de massas contra a ditadura. Em uma palavra, enfraqueceram a oposição.<sup>5</sup>

É interessante notar que, sintomaticamente, o aparato conceitual utilizado para explicar a debilidade do PCB em 1964, voltou a ser usado, só que, agora, contra aqueles grupos dissidentes. Neste sentido, tanto num momento, quanto noutro, *a presença da pequena-burguesia nos quadros do partido é considerado como a principal responsável pelos desvios/desacertos.*

Como assinala Daniel Aarão Reis Filho, é “comum a atribuição dos erros e desvios do PCB à influência ‘nefasta’ da pequena burguesia”.<sup>6</sup> Esta forma de compreender o processo político, com efeito, deita raízes numa dada tradição de pensamento. Ligados a uma ortodoxia de referências textuais, os militantes comunistas brasileiros tendiam, na verdade, a reproduzir conceitualmente aquilo que tinham assimilado na literatura a que tiveram acesso ao longo de sua formação. Por isso, embora o trabalho intelectual fosse entendido como fundamental para a atividade política conseqüente, havia, sem dúvida, o seu reverso: *a execração do intelectual pequeno burguês*. Isto pode ser observado de forma tão freqüente que é possível afirmar que se trata de uma *tradição no pensamento da esquerda*:

Na correspondência entre Marx, Engels e dirigentes da social-democracia alemã, é comum uma atitude hostil em relação a “elementos intelectuais” que poderiam tornar-se “agentes” da burguesia nas fileiras do movimento operário. Assim, as “estruturas e a ideologia pequeno-burguesas” tenderiam a “desviar” a classe operária de seus verdadeiros interesses. Engels denunciaria certos líderes da social-democracia alemã como “vacilantes”, vinculando suas posições à influência da pequena burguesia, “sempre com medo de que o proletariado vá mais longe”. Chamava a atenção para a

<sup>5</sup> CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982, p. 96.

<sup>6</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 146.

superioridade das “massas” sobre os “chefes”, da classe sobre os dirigentes, dos operários sobre os intelectuais pequeno-burgueses.<sup>7</sup>

Nesta medida, como se fosse uma espécie de *verdade sempre disponível*, estas idéias vão se disseminando por outros pensadores marxistas mais contemporâneos e que tiveram influência significativa sobre a prática política da esquerda no Brasil. Por isso, não é de estranhar que

Lênin, sem renunciar aos textos sobre a consciência socialista “importada”, faria ataques demolidores à influência “nefasta” da pequena burguesia sobre a revolução em geral e sobre o partido do proletariado em particular. Ao longo de sua vida política, em diversas oportunidades, apontaria à execração geral as características malsãs dos intelectuais pequeno-burgueses: *aversão à disciplina, à organização, instabilidade, falta de determinação e de energia, inconseqüência, tendências sentimentalóides e choramingas, preconceitos elitistas, submissão às modas, gosto pela frase, oportunismo, timidez e vacilação, covardia, tendências estruturais ao anarquismo, ao seguidismo, ao reboquismo*. A pequena burguesia era visceralmente conciliadora, mas podia, a qualquer momento, tornar-se nociva por um desvio oposto: o ‘esquerdismo’ – doença infantil do comunismo, a irresponsabilidade eleita como método em política revolucionária.<sup>8</sup>

A perspectiva de uma ortodoxia que se vai construindo encontra, em tempos posteriores, a sua consolidação:

Stalin advertiria para a influência de elementos “socialmente estranhos”. A pequena burguesia – de onde provinham os intelectuais – era responsável pelos erros e desvios do Partido: o anti-semitismo, o espírito religioso, o pessimismo, o liberalismo, e mesmo a libertinagem, “freqüentemente difundida entre os estudantes”, a atitude nefasta do individualismo.<sup>9</sup>

Por tudo isso, obviamente, mesmo no âmbito das organizações políticas que, a partir de 1964, romperam com o PCB, este tipo de categoria de análise e explicação da realidade se fará presente. Com efeito, a *Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP)*, o *Partido Comunista do Brasil (PC do B)*, o *Partido Comunista Revolucionário (PCR)*, a *Ação Libertadora Nacional (ALN)*, a *Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)* e o *Comando de Libertação Nacional (COLINA)* também responsabilizaram a “pequena-burguesia”, presente entre os “quadros de direção”, pelos descaminhos teórico-práticos do período pré-1964.

<sup>7</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 145.

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Ibid.

Um bom exemplo disso pode ser encontrado no seguinte documento do PC do B (junho de 1966):

Inúmeros foram os obstáculos que dificultaram a criação de uma autêntica vanguarda revolucionária da classe operária. Em alguns períodos, preponderaram, em maior ou menor escala, as idéias estranhas ao proletariado. A influência da pequena burguesia e, ultimamente, da burguesia nacional, se fez sentir de maneira acentuada nas fileiras comunistas e se refletiu nas posições políticas, nos métodos e na atividade do Partido. [...]. A predominância no Partido, em longos períodos de sua existência, de concepções estranhas ao proletariado, resultou, principalmente, da insuficiente assimilação do marxismo-leninismo. *As sucessivas direções partidárias, em sua quase totalidade, eram formadas de elementos de origem pequeno-burguesa.* Estes elementos, embora revelassem combatividade, e mesmo espírito revolucionário, em sua maioria não conseguiram livrar-se das concepções não-proletárias de que eram portadores. Os dirigentes de procedência operária, com raras exceções, não tinham nível de consciência de classe capaz de imprimir uma orientação conseqüente. No entanto, com maior ou menor intensidade, sempre houve no Partido a luta ideológica contra as influências burguesas.<sup>10</sup>

Uma outra passagem do mesmo documento mostra um subproduto desta luta contra a influência da pequena-burguesia: uma certa dose de *antiintelectualismo*:

[...] as decisões sobre problemas importantes só devem ser tomadas depois que tenham sido debatidas pela organização ou órgão dirigente. Isto não significa que os comunistas só se envolvam em discussões estéreis e intermináveis.<sup>11</sup>

O que se depreende do texto é que as discussões deveriam ser feitas *exatamente para orientar a prática política*. Deveriam, portanto, produzir comandos claros aos militantes de nível intermediário e de base. A própria maneira como os documentos, relatórios, teses, etc., são escritos (no vocabulário, na construção das frases, no uso dos verbos, etc) denota isso. São textos *impositivos* (quando poderiam ser *interrogativos*) e *normativos* (ao invés de *sugestivos*). Ocorre que, neste contexto, as interrogações e sugestões não cabiam. Tudo deveria ter um uso imediato e prático. Portanto, qualquer tipo de reflexão mais ensaística, que não visasse a um alvo claramente definido, estaria fora do âmbito de preocupações dos dirigentes partidários.

<sup>10</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.). **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 78.

<sup>11</sup> Ibid., p. 86.

Esta tendência de crítica à “pequena-burguesia” e, por consequência aos intelectuais, acentuou-se quando diversas organizações, rompendo com as propostas *pacifistas* do PCB, iniciaram a luta armada. Um excelente exemplo disso pode ser encontrado no seguinte documento (escrito em 1968) dos Comandos de Libertação Nacional (COLINA):

A preparação dos primeiros combatentes deve ser a melhor possível, do ponto de vista político e do ponto de vista militar. Não podemos, no Brasil de hoje, ser muito exigentes quanto à origem de classe dos guerrilheiros iniciais.<sup>12</sup>

Como se trata de uma organização totalmente voltada para luta armada, sua principal preocupação é a de formar combatentes proletarizados. Estes não estão imediatamente disponíveis. Estas organizações, formadas no meio urbano com elementos recrutados entre estudantes de classe média, não dispunham em seus quadros daqueles que eram considerados os mais aptos. Mesmo assim, o trabalho deveria continuar, a partir do material humano disponível:

Guevara afirma que os quadros da guerrilha deveriam ser, de preferência, da região. Este é um ideal com o qual não se pode contar objetivamente, no início. *Tenderá a sê-lo no processo, mas, inicialmente, os revolucionários de origem pequeno-burguesa terão que compensar as deficiências físicas, de hábitos, etc., com uma preparação política maior, com melhor nível ideológico e com treinamento físico.* É preciso que o combatente saiba, de antemão, não apenas a causalidade histórica da luta armada, sua necessidade pelas necessidades do povo, etc. Isto é extremamente necessário: a escola de recrutas de que nos fala Guevara dedica grande parte do tempo na formação política dos quadros. No Vietname a preparação política é mais importante que a preparação militar.<sup>13</sup>

A tônica, aqui, embora as referências textuais tenham se modificado (agora utiliza-se Guevara), volta a ser a inadequação da pequena burguesia à atividade para a qual está sendo requisitada. Não é de estranhar, portanto, que tenha de ser submetida a alguma forma de treinamento, seja intelectual (de acordo com os princípios ideológicos da organização), seja físico. O preparo, porém, não fica só nisso, pois

o guerrilheiro deve conhecer profundamente as condições de desenvolvimento político-militar do foco guerrilheiro, suas táticas, etc. Isto não apenas lhe dá melhores condições teóricas sobre o trabalho que irá travar, sobre como travá-lo, mas também faz com que

<sup>12</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.). **Imagens da Revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 158.

<sup>13</sup> Ibid.

compreenda que nenhum romantismo poderá subsistir na adversidade da vida guerrilheira, onde o trabalho de desmatar, arar, plantar, colher, transportar por léguas e léguas é a vida de todo dia, que a aristocracia guerrilheira do combatente é mais um sonho que realidade. A preparação militar é especial – a compreensão política do segredo militar, da natureza dos combates, da disciplina militar, dos prisioneiros, etc. – ao mesmo tempo que geral – o manejo das armas, de explosivos, de táticas guerrilheiras, treinamento físico, etc.<sup>14</sup>

Portanto, além de educação física e ideológica, o indivíduo de origem pequeno-burguesa teria de adquirir sólido aprendizado militar associado a todas as conseqüências que isso traria para o corpo e a mente do guerrilheiro. Nesta linha de raciocínio, era preciso ter

[...] sobretudo convicção ideológica de que determinados fins devem ser alcançados por determinados meios. Compreensão profunda do significado da linha política. Saber apenas que a luta armada é a única solução e que, na América Latina, a luta armada só pode efetivar-se através da guerrilha, é tropicalismo e não formação política. Os combatentes devem saber que um dos que voltam não é só um caso individual que se esgota como tal. É uma parte da guerrilha que abriu uma brecha à repressão.<sup>15</sup>

A idéia de que a história encaminhava-se numa determinada direção (perspectiva teleológica de história) e que a transformação era inevitável, mas que, para ocorrer, necessitava ser desencadeada é algo que aparece em todos os documentos dos grupos políticos que fizeram opção pela luta armada. Desta forma, o guerrilheiro, ao passar pelo processo de formação, estaria apto a acreditar que tinha a história a seu lado e que, para chegar aos fins propostos, é preciso *apenas* ter firmeza, convicção ideológica e espírito de sacrifício. Era preciso, em suma, não vacilar:

finalmente, confiança no povo, *compromisso com o seu destino*. Esta pode ser uma colocação fora do tempo e de lugar, mas não o é. *O intelectual se compromete com a verdade, com a história, com o materialismo dialético, coisas muito abstratas para sustentá-lo ideologicamente nas adversidades da vida guerrilheira. Se não se compromete com o povo deixa sempre um pé atrás, sempre há tempo para voltar. E muitos vão ficando para trás, alegando divergências (que são secundárias). Fazem da política revolucionária diletantismo intelectual ou instrumento de auto-afirmação.*<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.). **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 158-159.

<sup>15</sup> Ibid., p. 159.

<sup>16</sup> Ibid.

Como se vê, o tipo de convicção desejada não é aquela que um intelectual normalmente teria em relação às tarefas a que se propõe realizar. Não havia espaço para a dúvida, tampouco para o esmorecimento diante das adversidades, pois estas se resolveriam, de forma negativa, com o abandono da organização (o “desbunde”, como se dizia na época). A convicção, neste caso, aproxima-se da fé religiosa, ainda que se apresente com roupagens seculares:

Esse compromisso se faz de maneira cabal no *processo de proletarianização da prática guerrilheira*. Sua luta pela sobrevivência material, o trabalho árduo, a vida coletiva, o contato concreto com a necessidade de transformação revolucionária, assim como sua própria transformação revolucionária é que darão, definitivamente, ao mesmo tempo que a necessidade, a certeza da vitória.<sup>17</sup>

Não há, portanto, escola, em sentido estrito, para a formação de guerrilheiros. O que se procura oferecer, nestas ocasiões, é apenas instrução de tipo militar concentrada, sobretudo, em muito preparo físico e no manuseio adequado das armas. Por este motivo, a transformação de um intelectual pequeno-burguês em combatente se processa na prática, durante a luta.

Por outro lado, mesmo quando consultamos os documentos relativos à autocrítica, em virtude da estagnação da proposta da luta armada, voltamos a observar a crítica à pequena-burguesia. Um exemplo disso (novembro de 1969) são *Os 16 Pontos* do Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha – PC do B-Av:

A concepção do foco não assegura, de forma alguma, o apoio das massas à sua ação, não garantindo sua integração paulatina às ações armadas, permanecendo isolado delas. O foco se constitui mesmo no maior entrave ao desenvolvimento de ações armadas capazes de levar ao estabelecimento concreto da luta armada no país. [...] Diante das investidas da contra-revolução *as correntes revolucionárias pequeno-burguesas* lançam-se em atividades militares isoladas das massas. Estas correntes estão fadadas ao fracasso, por desprezarem o potencial de luta das massas, por não reconhecerem nesta o único recurso seguro para o êxito da revolução. O erro básico das correntes vanguardistas, militaristas, reside em não aplicar uma linha de massas, em não considerar a revolução como luta de classes. Confundem o papel da vanguarda, que não significa fazer a revolução pelas massas, em seu lugar.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.). **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 159.

<sup>18</sup> Ibid., p. 283.

Como se vê, tanto no imediato pós-golpe (autocrítica do PCB), quanto no processo que deu início à luta armada, bem como no instante em que esta alternativa já começava a mostrar-se inviável, inegavelmente, manifestou-se no seio das esquerdas uma profunda desconfiança em relação aos valores e comportamentos da *pequena-burguesia*. Isto pôde ser observado tanto no PCB, quanto nos agrupamentos que romperam com as orientações do aludido partido. Esta *desconfiança* foi, sistematicamente, alçada à condição de *categoria de pensamento* e foi utilizada para *explicar* diversos aspectos da atuação dos partidos em diferentes momentos e conjunturas. Neste contexto, o *intelectual* de origem e formação pequeno-burguesa, que desejasse se transformar em combatente, deveria passar por um processo de morte simbólica. Deixaria, definitivamente, sua classe social e se tornaria um proletário, um revolucionário.

Se, neste ponto, abandonarmos os documentos dos partidos, deixando de lado o seu tom impositivo/normativo e consultarmos depoimentos dos que, efetivamente, viveram as dificuldades advindas da opção pela luta armada, poderemos observar o reverso da medalha, um contundente contraponto às determinações, valores e crenças alimentadas pelas organizações.

### **As Vicissitudes da Vida Guerrilheira**

Com efeito, muitos combatentes, quando rememoram o processo pelo qual passaram no momento em que ingressaram nas organizações de esquerda, aludem às inúmeras dificuldades em atingir o ideal proletário/revolucionário propugnado pelas direções partidárias. Um bom exemplo disso é o depoimento de Juliana da Rocha:

A minha geração vinha toda do movimento estudantil e, por volta dos 19, 20 anos, já estava na clandestinidade. Entramos num momento em que todos os grupos estavam crescendo rapidamente. Dentro dos partidos de orientação marxista-leninista, continuamos a desenvolver nossa ideologia pequeno-burguesa. A organização inchava, mas não se desenvolvia. Quando começou a repressão mais violenta, aconteceu o fenômeno que a gente chamava de “desbundamento”: muita gente saiu, saiu e veio o esvaziamento. Mas eu era emocionalmente muito apegada ao partido, e também à sua linha política. Segui trabalhando. [...].

Na realidade, as organizações não dispunham de uma estrutura para deslocar seus quadros, e tudo era feito improvisadamente. Ficávamos como peixe fora da água, isolados, sem poder misturar-nos com a massa. Como a repressão avançava, fui mandada para Maceió. Aí eu sofri muito o meu próprio questionamento pessoal. O que era eu?

Estava já sem meu companheiro, que tinha sido preso. Nesse tempo, havia caído o comitê central, no sul, e tive que assumir novas responsabilidades. Mas quando você está se questionando pessoalmente, não está em condições de assumir nada. Eu cada vez mais distante da realidade política. Não conseguia ler, não conseguia ter uma participação política junto à massa. Além disso, para uma militante que se pretendia marxista, eu tinha uma formação teórica extremamente baixa.

Acho que, em parte, as quedas são um reflexo dessa situação, porque o pessoal não estava ideológica, política e psicologicamente preparado para enfrentar o nível a que tinha chegado a repressão. Com as quedas, houve muitos que “abriram” outros companheiros. Era um problema de fraqueza, mas não, como se dizia na época, que quem abria era “traidor do povo”. Isso nem sempre era verdade. A repressão e as torturas eram super-violentas, mas a nossa organização, muito dura nessa época, dizia: “Abriu é traidor”. Eu ficava com isso na cabeça e indagava se não seria melhor reconhecer que era uma pequeno-burguesa e sair da organização, do que estar nela e amanhã não agüentar a tortura e ser “traidora da classe operária”. E a repressão chegando mais perto.

Fui, então, para o sul, sem dinheiro nem para o ônibus. [...]. Aquele mundão na minha frente. Aí, era para eu trabalhar em fábrica, mas já não queria. Fiz minha opção sozinha, e resolvi sair do país, pois sabia que, se caísse, poderia abrir. Porém, a organização não queria que eu saísse.<sup>19</sup>

A questão de fundo parece ser uma inadaptação pessoal/psicológica ao ideal de combatente propugnado pela esquerda. O relato chama a atenção pelo fato de aludir a algo paradoxalmente comum nessa época: como as prisões e/ou mortes eram freqüentes, atingindo, sobretudo, aqueles indivíduos mais velhos, experientes e preparados, não era algo incomum observar-se jovens com pouco mais de vinte anos assumindo funções de direção partidária em circunstâncias adversas. Ademais, nota-se um total descompasso entre o nível de exigência feita ao indivíduo, que, na realidade, era obrigado a conviver não só com a pressão externa advinda da repressão como também com problemas internos às organizações, dentre eles, falta de infraestrutura básica para o desempenho das funções. Não é de estranhar, portanto, que, mesmo tendo sido submetido a algum tipo de educação/formação especial, o indivíduo acabasse se sentindo permanentemente frustrado, tendo em vista não conseguir cumprir todas as tarefas que se esperavam dele, bem como pelo fato de conviver diariamente com uma crise pessoal que se manifestava em termos ressentidos, principalmente, com o medo de tornar-se um traidor.

---

<sup>19</sup> CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino. (Orgs.). **Memórias do exílio**. São Paulo: Livramento, 1976, p. 180-181.

Outros militantes, em seus depoimentos, aludem a processos de crise pessoal que de tão violentos redundam em atitudes tipicamente suicidas. Um exemplo disso pode ser observado ao longo do depoimento de Vera Sílvia Magalhães:

Em 1969, já na clandestinidade, eu ficava dentro de casa o dia inteiro, lendo, armada, e com muito medo. Achava que podia cair, ser presa, morrer a qualquer momento. Não discutia isso com qualquer quadro da organização, senão podia ser malvista, mas discutia com algumas pessoas mais abertas, entre as quais o Zé Roberto Spigner, com que eu vivia... Ele achava que, se não íamos morrer todos, íamos morrer grande parte. A gente vivia acuado, não tínhamos mais nenhuma ligação com o exterior. [...].

Eu acho que houve uma opção pelo suicídio, e disse isso quando o Zé Roberto morreu. Essa minha idéia causou grande revolta na organização; eu achava que ele tinha se suicidado, mesmo sendo assassinado num tiroteio com a polícia. [...] Na verdade, Zé Roberto não resistiu à idéia de ser torturado. O companheiro que estava cercado com ele se rendeu e está vivo até hoje, embora tenha sido preso e torturado. O Zé Roberto preferiu descer a escada, atirando para matar um policial, e gritando “abaixo a ditadura”, antes de ser morto. Foi ou não um suicídio? Evidentemente que foi. Ele não fez o ato clássico, mas fez com que alguém desse um tiro nele, à queima-roupa. [...].

A partir de um determinado momento, havia uma fidelidade àquilo que você queria ter construído, uma crise de identidade. E renunciar a uma identidade social é se dispor a uma pré-morte, ou à morte real. Quando eu entrei na esquerda, não fiz uma opção pela morte, mas pela vida. Mas, na medida em que a situação histórica foi evoluindo, eu me debati com esse problema... Eu queria a vida: meu movimento, ao entrar nisso, era no sentido de uma nova vida para a sociedade. Mas, para chegar nisso, tive que aderir a certos caminhos em que, como indivíduo, eu era levada diariamente ao contato com a morte; eu incorporei a morte ainda na trajetória de vida. Essa contradição é dilacerante... Acho que essa questão da opção pela morte não foi só individual. Não era só o suicídio revolucionário individual, mas, sobretudo, o *suicídio revolucionário de uma perspectiva de transformação da sociedade, naquele caminho que a gente estava trilhando*.<sup>20</sup>

Fruto de um processo de isolamento total da guerrilha, os problemas trazidos à luz pelo depoimento de Vera Sílvia Magalhães, antes de denotarem apenas mais um caso particular de alguém que não conseguiu atingir o ideal do revolucionário/combate, indiscutivelmente, assume ares de diagnóstico geral acerca da luta armada brasileira.

Neste sentido, a idéia segundo a qual, apesar da derrota iminente, era preciso continuar acreditando e lutando, pois, do contrário, o indivíduo estaria dando mostras de

<sup>20</sup> Apud. RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993, p. 272.

comportamento pequeno-burguês, mais se assemelha à atitude de um suicida. Com efeito, tendo em vista a desproporção das forças mobilizadas pela ditadura, quando se compara com os efetivos humanos e materiais de que dispunham as organizações clandestinas, era um diagnóstico já bastante claro o fechamento e desgaste da estratégia isolacionista na qual tinham se metido os jovens combatentes.

Esta questão aparece em muitos relatos que poderiam ser citados aqui, mas escolhemos o mais inquietante: o de Herbert José de Souza, o Betinho:

Desde 64 que a repressão sabia que eu era direção, e mesmo que eu não fosse ela achava que eu era. Aí por volta de 67 eu era um elemento da direção, mas não era o principal, embora a repressão achasse que eu era. E eu tinha que atuar como tal. Na clandestinidade, doente, arrebatado de diversas formas, se decide que eu saia do Brasil para um determinado lugar, cumprindo uma missão que iria criar mais problemas políticos para mim, se eu tentasse voltar. Mas eu vou. Quando eu volto, depois de uma crise geral da direção, a organização (Ação Popular, AP) está todinha com o olho apertado<sup>(\*)</sup>, como diz um amigo meu, só encontro Mao Tsé-Tung, Chu En-Lai, Lin-Piao, todo o mundo se trata de camarada. Começa uma fase terrível e eu, dada a minha *vocação cristã de sofrer no martírio*, vou assumir tudo isso, aceito agora em nome da proletarização. Dizem-me que sou um pequeno burguês, que nunca deixei de ser. *Então, porque sou pequeno burguês, tenho que passar por um processo de proletarização, o que significa purgar todas as vestes de pequeno burguês e tornar-me um operário*. Se eu cumprisse isso teria condições de ser um militante revolucionário, um verdadeiro marxista-leninista-maoísta, e, portanto, pronto para me reincorporar na nova organização, no novo partido do operariado que tinha surgido no Brasil. Agora, então, já era um partido! [...].

*O sentimento de culpa da pequena burguesia, o sentido de missão, o envolvimento cultural, ideológico, e um secreto desejo que eu tinha de viver até as últimas conseqüências uma experiência de me identificar com o operário e o camponês me levaram a aceitar o desafio. [...].*

Agora todo mundo, menos alguns dirigentes, teriam que ser transformados em operário ou camponês. São as duas classes que existem no Brasil. A pequena burguesia passa pelo purgatório, muitos caem no inferno e muitos são aí destruídos. É a teoria mais curiosa da formação do partido do proletariado: você pega um movimento pequeno burguês, põe numa máquina de tortura ideológica, porque é

---

<sup>(\*)</sup> De acordo com J. Gorender, “um dos fenômenos derivados dessa simbiose cristã-maoísta será a diretiva de integração na produção, iniciada em 1967 e formalizada no ano seguinte. A motivação imediata veio do igualitarismo da Revolução Cultural, movimento deflagrado em 1966 que convulsionou a China e impressionou o mundo inteiro. O movimento visava a eliminar a distância entre trabalho intelectual e o trabalho manual. Os intelectuais eram obrigados a passar temporadas entre operários e camponeses, vivendo e trabalhando como eles. Cortava-se a tendência a elitização através do nivelamento por baixo. No caso da AP, o impulso do igualitarismo se reforçou com a memória da experiência cristã dos padres-operários no pós-guerra, como se deu na França e outros países. Daí que a AP tornasse a diretiva de integração na produção obrigatória para todos os seus membros de origem pequeno-burguesa”. (GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987, p. 114).

uma tortura ideológica, e passa essa pequena burguesia por uma tortura tão violenta que ela dá um salto de qualidade. Ela passa a ser operária. Uma vez operária, está formado um fantástico partido. Porque tem uma superqualificada parte do operariado que nasceu de um milagre. Pois é milagroso, em termos de classe! Quanta gente morreu nesse negócio, ou foi psicologicamente, ideologicamente, humanamente destruída... [...].

Primeiro há que entender uma coisa. Isto é, eu tinha que entender uma coisa. Que depois de passar por esse purgatório ideológico, que não foi tão ideológico assim, foi muito prático viver em bairro operário, trabalhar com operário, eu vivi dois processos muito intensamente. O primeiro foi o de *racionalizar a necessidade de sacrifício*. Sacrifício no fundo significa que eu tinha de dar meu testemunho, tinha que continuar no Brasil, continuar a luta, possivelmente acabaria sendo preso, e que, sendo preso, hemofílico, seria torturado, e sendo torturado e hemofílico eu morreria. Tratava-se, pois, de interiorizar que isso era uma necessidade e que deveria me preparar. Esse processo foi tão consciente que cheguei a discuti-lo com psiquiatra. *O que se poderia chamar hoje racionalização consciente do suicídio*. [...].

A primeira coisa que descobri foi a perda do sentido missionário. Olha, eu não sou nem um dos 12 apóstolos, nem o décimo terceiro. Descobri que eu sou um cidadão comum e corrente. Que não tenho a missão e dever de estar convencendo ninguém a entrar no meu apostolado. Estou exatamente para liquidar com essa visão religiosa do revolucionário como um apóstolo.<sup>21</sup>

Se deixarmos um pouco de lado o tom crítico/amargurado do depoimento, perceberemos que a experiência pela qual o militante de esquerda deveria passar é a de uma dupla convivência com a morte.

A primeira, de caráter simbólico, se relaciona com o processo de proletarização. Na verdade, por meio dele o indivíduo considerado pequeno-burguês deveria ser submetido a uma mudança radical de valores e comportamentos. Embora seja justificado pelas organizações como etapas de formação ideológica, não se trata apenas de um aprendizado de tipo escolar, mas algo que encontra sua materialização na prática cotidiana, com repercussões em todos os níveis e aspectos da vida do militante. Quando o processo de proletarização estivesse terminado, o pequeno-burguês teria morrido e dado lugar ao verdadeiro revolucionário.

A segunda forma de convivência com a morte, referida por Betinho e encontrada em diversos depoimentos, não é simbólica, é concreta. Aquele que se decide por uma vida dedicada à revolução, passa a conviver permanentemente com a idéia de

---

<sup>21</sup> CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa Cavalcante; RAMOS, Jovelino. (Orgs.). **Memórias do exílio**. São Paulo: Livramento, 1976, p. 82; 87; 89; 102.

que a qualquer momento pode ser preso, torturado e morto. Para enfrentar isso, alguns mecanismos de defesa precisariam ser construídos. As organizações concentram suas forças na educação ideológica e na construção do ideal de sacrifício. O militante revolucionário só consegue prosseguir sua tarefa se racionalizar o suicídio. Em outros termos, a condição básica para que os combatentes pudessem resistir às adversidades era a intromissão da inevitabilidade/necessidade da morte (iminente) em nome da revolução.

Além disso, cabe ressaltar que concepções religiosas, como vimos pelo depoimento de Betinho, estão longe de ser incompatíveis com este ideal revolucionário. Seu principal ponto de contato encontra-se na “vocação cristã de sofrer no martírio”/“visão religiosa do revolucionário como apóstolo”.

Portanto, o que se nota com base no que foi exposto é que a partir do momento em que as organizações de esquerda, que optaram pela luta armada, começaram a enfrentar problemas de manutenção da coesão interna, ao mesmo tempo, foram reforçados os mecanismos de defesa individuais, sobretudo, a racionalização do suicídio.

Sobre os mecanismos de coesão interna, Daniel Aarão Reis Filho nos oferece importantes indicações para entendermos o seu significado para a (interferência na) vida do militante. Dentre os aspectos listados por ele, o mais importante para o nosso estudo é aquele dedicado a *O Leque das Virtudes*.

Na verdade, se os comunistas brasileiros acreditaram possuir saberes que lhes permitiam compreender o mundo de forma tão complexa que poderiam conhecer o passado, o presente e o futuro (perspectiva teleológica de história, inevitabilidade da revolução, etc), o mesmo não acontecia com a determinação das condições nas quais as lutas políticas iriam ocorrer. Como já vimos anteriormente (documento do COLINA), sobretudo entre as organizações que optaram pela luta armada, a realidade a ser enfrentada pelo militante incluiria tarefas difíceis, muitas vezes incomuns para a maioria daqueles que tinham aderido à tese da luta armada, sobretudo a partir de 1968. Neste sentido, para manter a coesão interna das organizações, exigia-se que o futuro militante correspondesse a um conjunto de preceitos e regras de comportamento. Por exemplo, de acordo com Reis Filho:

O PC do B reivindicaria energia no trabalho, entusiasmo pela revolução, qualidade teórica, sensibilidade, devotamento, modéstia, espírito de sacrifício. Pedia-se “afiada vigilância”, “intransigência” e

“ardor”, e também rigor, disciplina, paixão no trabalho e atenção permanente. Além disso, o Partido solicitava iniciativa, originalidade, destemor, abnegação, lucidez, coragem nas denúncias, militância cotidiana, capacidade de improvisação e adequação às condições de momento e às circunstâncias da luta, imaginação, audácia, tenacidade, firmeza, decisão, fibra inquebrantável, fidelidade.

A ORM-POLOP exigia decisão, dedicação, capacidade, espírito de liderança, iniciativa, profissionalismo firmeza, amplitude de horizontes políticos e teóricos, paciência, disciplina, eficiência.

A ALA Vermelha queria militantes livres do “liberalismo” e do “subjetivismo”, sólidos em termos teóricos, atentos às necessidades; críticos em relação aos desvios; seguros quanto às normas de segurança; respeitosos da disciplina [...].

O quadro da VPR deveria observar “normas de comportamento dignas de um revolucionário”, superando os “vícios” acumulados pelas organizações comunistas tradicionais no “submundo do reformismo”. Era preciso um trabalho sério de criação de “uma moral revolucionária”. Tratava-se de escapar da influência da “moral burguesa” e do “revisionismo”. Não só quadros para dirigir e organizar a revolução, mas também para encarnar a moral de uma nova sociedade.<sup>22</sup>

É óbvio que este nível de exigência, em relação ao indivíduo que optava por ingressar neste tipo de organização, dificilmente seria alcançado. Se, ao lado disso, lembrarmos do massacrante acúmulo de tarefas (trabalho teórico/prático, assaltos, seqüestros, constante manejo de armas, etc) e das adversidades da vida numa época de repressão aberta, como foi a conjuntura brasileira do pós-1968, poderemos compreender um pouco melhor a *historicidade* dos depoimentos vistos anteriormente. Com isso, não queremos dizer que as exigências não sejam exageradas e inatingíveis em qualquer circunstância. Na verdade, o que desejamos ressaltar é que as estratégias de tensão máxima, responsáveis pela coesão das organizações, adquiriam conotações ainda mais drásticas nas circunstâncias históricas do pós-1968 e, indiscutivelmente, os depoimentos refletem isso de maneira, às vezes, emocionada.

O descontentamento mais do que latente, em relação às formas de manutenção da coesão interna das organizações, se manifestou, sobretudo, pelo abandono da militância. Para aqueles que não a abandonavam restava a dura realidade da *racionalização do suicídio*, tal como o definiu Betinho. Por isso, embora todo militante, ao ingressar em uma organização, tivesse consciência de que conviveria com a morte, com a necessidade do sacrifício, de que ela, na verdade, era uma contingência sempre

---

<sup>22</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 105-110.

presente no caminho a seguir, percebe-se todo um esforço de convencimento de que isso era natural, algo que estaria inscrito na ordem das coisas.

## O que é um Intelectual?

Numa famosa conferência, Sartre fez afirmações que são lapidares para o entendimento do tipo de problema com o qual tanto as organizações, quanto seus militantes estavam tentando lidar. Para o filósofo francês, os intelectuais são sempre recrutados entre os especialistas do saber prático: juristas, matemáticos, médicos, professores, etc. Estes profissionais devem a sua própria existência ao desenvolvimento econômico e à crescente possibilidade de divisão social do trabalho. No caso dos intelectuais modernos, é possível afirmar que estes são o resultado do desenvolvimento econômico e social comandado por uma classe social: *a burguesia*. Neste sentido, os filósofos iluministas, por exemplo, são

intelectuais *orgânicos*, no sentido que Gramsci<sup>(\*)</sup> dá à palavra: nascidos da classe burguesa, encarregam-se de exprimir o espírito objetivo dessa classe. De onde vem esse acordo orgânico? De início, do fato de que são engendrados por ela, levados por seus sucessos, *penetrados por seus costumes e seu pensamento*. Em seguida, e, sobretudo, do fato de que o movimento da pesquisa científica, prática, e o da classe ascendente se correspondem; espírito de contestação, rejeição do princípio de autoridade e dos entraves ao livre comércio, universalidade das leis científicas, universalidade do homem oposta ao particularismo feudal, esse conjunto de valores e de idéias [...] tem um nome: é o *humanismo burguês*.<sup>23</sup>

Diante disso, é possível imaginar que um intelectual possa romper com sua existência, com sua condição de classe, e colocar-se em disponibilidade para encarnar outros interesses que estariam em desacordo com sua própria origem e formação? À esse tipo de problema, Sartre apresenta os seguintes argumentos:

É no nível da *situação* que pode agir a dialética da interiorização e da exteriorização; o pensamento do intelectual deve se voltar todo o tempo para si mesmo, para se apoderar sempre como *universalidade*

---

(\*) Para entendermos um pouco melhor a questão, voltemos a Antonio Gramsci e vejamos como ele definiu o que entendia por intelectual orgânico: “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.”. (GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 3-4).

<sup>23</sup> SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994, p. 21.

*singular, quer dizer, singularizada secretamente pelos preconceitos de classe inculcados desde a infância, mesmo que acredite ter deles se desembaraçado e ter chegado ao universal. Não basta (para citar apenas um exemplo) combater o racismo (como ideologia do imperialismo) com argumentos universais, tirados de nossos conhecimentos antropológicos: esses argumentos podem convencer no nível da universalidade; mas o racismo é uma atitude concreta de todos os dias; em conseqüência, pode-se acreditar sinceramente no discurso universal do anti-racismo e, nas longínquas profundezas ligadas à infância, continuar racista e, ao mesmo tempo, se comportar, sem saber, como racista na vida cotidiana. Assim, o intelectual nada terá feito, mesmo que demonstre o aspecto aberrante do racismo, se não se voltar todo o tempo para si mesmo e dissolver um racismo de origem infantil através de uma pesquisa rigorosa sobre ‘esse monstro incomparável’, o eu.*<sup>24</sup>

Os comportamentos dos intelectuais expressam *contradições* que dizem respeito ao fato de que não conseguem, sobretudo, *agir* tendo em vista interesses e objetivos que se encontram em contradição com os de sua classe de *origem e/ou formação*. Isto acontece porque não conseguiram, na prática cotidiana, se livrar de uma determinada *formação de classe fortemente arraigada*. A consecução mesma da tarefa de crítica radical a que se propõem depende, sem dúvida, de uma *constante e profunda revisão interna*. Viver uma luta eterna contra si mesmo este parece ser o *destino* dos intelectuais que *escolhem* romper com a sua condição, pois só a burguesia, no momento em que era classe revolucionária, foi capaz de produzir *intelectuais orgânicos*.

Este tipo de problema parece estar na base das fragilidades evidenciadas pelas organizações políticas de esquerda atuantes na década de 60 e 70 no Brasil. Ao exteriorizarem, em atos e palavras, a dificuldade de produzirem os *intelectuais orgânicos* exigidos por esta nova conjuntura, fizeram-no de forma não só auto-crítica, mas, sobretudo, emocionada. Para além da inegável carência material e da brutal desproporção das forças em luta, as vicissitudes da vida guerrilheira encontram aí uma possível explicação.

---

<sup>24</sup> SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994, p. 35.